

## A GUERRILHA DO ARAGUAIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BICO DO PAPAGAIO

Taynara Marcondes de Liz <sup>1</sup>  
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol <sup>2</sup>

### RESUMO

A guerrilha do Araguaia foi um confronto de luta armada no campo ocorrida entre os anos de 1967 e 1974 à margem do Rio Araguaia. Denominada Bico do Papagaio e localizada no norte do Tocantins, a região da guerrilha é um território caracterizado por fortes conflitos de terra advindos da expansão da fronteira agrícola, penetração do latifúndio e alta concentração fundiária. Assim, o problema da pesquisa perpassa pela seguinte pergunta: qual a relação entre a formação territorial do Bico do Papagaio e a Guerrilha do Araguaia? Portanto, o objetivo desse trabalho é apresentar e discutir os principais elementos socio territoriais do Bico do Papagaio e suas relações com as causas e características da Guerrilha do Araguaia. Esperamos apresentar elementos capazes de afirmar a interligação territorial de ambos os territórios, atrelados à mesma lógica de uma estrutura fundiária desigual, onde a violência no campo é uma realidade constante e sintomática. O método desta pesquisa é o estudo de caso, pois nos ajuda a compreender os fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos e possibilita uma investigação das características holísticas dos eventos reais. Os procedimentos metodológicos constituem o (1) levantamento bibliográfico, (2) análise dos relatos apresentados no documentário “Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro”, (3) elaboração de elementos cartográficos e (4) uma entrevista online concedida por um sobrevivente da guerrilha do Araguaia. As políticas estatais como a construção da rodovia Belém-Brasília e monocultura da soja resultou na capitalização das terras antes habitada pelos camponeses, tornando o Bico do Papagaio território propício para um conflito rural.

**Palavras-chave:** Conflito Agrário, Latifúndio, Luta Camponesa, Território.

### RESUMEN

La guerrilla del Araguaia fue un conflicto de lucha armada en el campo que tuvo lugar entre los años 1967 y 1974 a lo largo del río Araguaia. Denominada "Bico do Papagaio" y ubicada en el norte de Tocantins, la región de la guerrilla se caracteriza por fuertes conflictos de tierras derivados de la expansión de la frontera agrícola, la penetración de latifundios y una alta concentración de tierras. Por lo tanto, el problema de investigación se centra en la siguiente pregunta: ¿cuál es la relación entre la formación territorial de "Bico do Papagaio" y la guerrilla del Araguaia? El objetivo de este trabajo es presentar y discutir los principales elementos socio-territoriales de "Bico do Papagaio" y sus relaciones con las causas y características de la guerrilla del Araguaia. Esperamos presentar elementos que confirmen la interconexión territorial de ambos territorios, vinculados a la misma lógica de una estructura de tierras desigual, donde la violencia en el campo es una realidad constante y sintomática. El método de esta investigación es el estudio de caso, ya que nos ayuda a comprender los fenómenos individuales, organizativos, sociales y políticos, y permite una investigación de las

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, [taynara.marcondes@unesp.br](mailto:taynara.marcondes@unesp.br);

<sup>2</sup> Professora orientadora: doutora, Universidade Estadual Paulista, [rosangela.hespanhol@unesp.br](mailto:rosangela.hespanhol@unesp.br).

características holísticas de los eventos reales. Los procedimientos metodológicos consisten en (1) revisión bibliográfica, (2) análisis de los informes presentados en el documental "Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro", (3) elaboración de elementos cartográficos y (4) una entrevista en línea concedida por un sobreviviente de la guerrilla del Araguaia. Las políticas estatales, como la construcción de la carretera Belém-Brasília y la monocultura de la soja, llevaron a la capitalización de tierras anteriormente habitadas por campesinos, convirtiendo a "Bico do Papagaio" en un territorio propicio para un conflicto rural.

**Palabras clave:** Conflicto Agrario; Latifundio; Lucha Campesina; Territorio

## INTRODUÇÃO

A formação territorial brasileira vem sendo estudada pela Ciência Geográfica sob uma perspectiva das relações dos aspectos políticos, econômicos e socioculturais que constituem determinados territórios, atrelados às características de identidades, cultura e dos povos. Atrelado a isso, é indispensável que a análise da formação de um território deve considerar a atuação do Estado, sendo ele um agente direto na espacialização das relações de poder territorial.

Partindo desta ideia, este trabalho se propõe a abordar os principais elementos da formação territorial da Microrregião do Bico do Papagaio, localizado no norte do Estado do Tocantins, com recorte espacial para o território da Guerrilha do Araguaia, estabelecendo uma relação direta com a formação territorial desta microrregião, para com os motivos que desencadearam numa guerrilha de luta armada naquele território. Além disso, objetiva apresentar as características histórico-geográficas da guerrilha do Araguaia e trazer para a atualidade elementos que ainda seguem vivos nesta história.

Esta região é de extrema importância para os estudos sobre a formação territorial e econômica brasileira, tendo em vista que este território está inserido num contexto geográfico da recorrência histórica de conflitos agrários, principalmente fundiários e ambientais, as quais se intensificaram frente ao avanço das políticas capitalistas do Estado brasileiro após a Ditadura Militar. O Bico do Papagaio aparece como sendo um território que vem sofrendo as influências e impactos da nova fronteira agrícola do Brasil, por meio do agronegócio e do avanço da monocultura da soja no norte e nordeste brasileiro. Ainda que haja pesquisas na produção acadêmica de Geografia sobre o Bico do Papagaio, é incipiente a pesquisa no campo das relações territoriais com que a microrregião possui para com a guerrilha do Araguaia.

Este contexto da formação territorial do Bico do Papagaio, marcado por enormes conflitos de terras, com a presença de comunidades tradicionais, camponeses e posseiros, vai influenciar no

desencadeamento da luta armada no campo, local estratégico escolhido pelos guerrilheiros para o combate armado. Tendo isso em vista, propomos aqui a inter-relação dos elementos territoriais entre o Bico do Papagaio para com a Guerrilha do Araguaia, abordando os aspectos histórico-políticos e o papel do Estado e dos povos sertanejos que vivenciaram a guerrilha.

A Guerrilha do Araguaia deixou um legado sombrio de mortos e desaparecidos, consequência das ordens dos governos militares, cujos crimes e punições não foram devidamente esclarecidos devido aos esforços de encobrimento. Anos depois, o tema voltou ao foco político e teve repercussão nacional e internacional (NASCIMENTO, 2017).

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi desenvolvida sob o método do estudo de caso, pois nos ajuda a compreender os fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos e possibilita uma investigação das características holísticas dos eventos reais (YIN, 2001). O estudo de caso conta com diversas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas apresenta uma diferença pois atribui também a observação direta e a série sistemática de entrevistas e nos permite lidar com uma variedade de evidências, que podem aparecer nos relatos das entrevistas, nas observações e em outros documentos além do estudo histórico convencional (YIN, 2001).

Segundo Yin (2001) o estudo de caso é uma pesquisa empírica que examina um fenômeno atual em seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Neste método, enfrenta-se uma situação tecnicamente singular, onde há variáveis de interesse em comparação com os pontos de dados disponíveis. Como resultado, ele se baseia em várias fontes de evidências, buscando a convergência dos dados.

Nesse sentido, o método para a realização da pesquisa se norteará por meio da reflexão crítica sobre as práticas sociais que afetam o território, a fim de entender as influências nas estruturas sociais e na vida dos povos sertanejos. Compreender as estruturas sociais presentes em determinado espaço geográfico, aliado às relações de poder e de classe.

Para isso, os caminhos metodológicos para esta pesquisa se baseiam em três: (1) levantamento bibliográfico relacionado aos conceitos de território, Estado e formação territorial na Geografia; artigos e produções acadêmicas voltadas à formação territorial do Bico do Papagaio e produções voltados às características histórico-geográficas da Guerrilha do Araguaia; (2) a análise minuciosa dos relatos do documentário “Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro” do autor Vandrê Fernandes e a abordagem de alguns relatos que

podem contribuir para a pesquisa; (3) entrevista online concedida por um sobrevivente da guerrilha do Araguaia que nos revela importantes informações e detalhes acerca do tema.

## **A TERRITORIALIDADE COMO CAMINHO TEÓRICO**

A análise da formação territorial tem sido alvo de grandes discussões na Geografia Agrária e na compreensão dos territórios em disputas. Ela está interligada aos processos e circunstâncias que modelaram a ocupação econômica e o povoamento no território a partir da atuação do Estado brasileiro, tendo em vista que a geopolítica econômica do Brasil é influenciado pela característica particular do Brasil pautada na continentalidade e diversidade regional (FIGUEIREDO, 2016).

Para Oliveira (2000), ao discorrer sobre os movimentos sociais rurais, alega que a formação e transformação no território é desencadeada através das relações sociais de produção e nesse sentido modo de produção capitalista no campo. Ainda afirma que a exploração do trabalho e da renda da terra no campo e na cidade e a manutenção da propriedade privada, caracterizam-se pela produção hegemônica atualmente, demandando novas lutas por transformações sociais no território.

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2003, p.13).

Com advento do neoliberalismo, o território passou a ser explicado por meio das relações de poder entre empresas e ser associado nas disputas entre classes sociais em suas reivindicações políticas.

Para dar continuidade da abordagem do território na Geografia, utilizamos os estudos e análise de Saquet (2015) que vem abordando as novas concepções do território, após a década de 60 e atribui quatro tendências: uma focada discussão teórico-metodológica, outra na compreensão da dimensão geopolítica do espaço, e, ainda, a que está voltada à explicação do desenvolvimento territorial, da reestruturação do capital e de movimentos sociais (SAQUET, 2005).



Como afirma Saquet (2015) entender o espaço geográfica para entender o território porque ambos, apesar de serem distintos epistemologicamente, não estão separados. Nesse sentido, a territorialidade para Saquet (2015, p.129) é:

[...] a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações.

Entende-se que a releção apresentada por Saquet entende a territorialidade como intrínseca às ações humanas do cotidiano, representada por diferentes tipos de lugares, sujeitos e identidades que acabam estabelecendo redes de conexão e interligações, de modo que conceba uma identidade em comum para grupos em comum.

Existe uma articulação temporal e territorial, na qual há coincidências, fases, períodos, ritmos, tempos, territórios, diversidades e unidades. No que se refere à territorialização, esta significa o controle social de uma fração do espaço a partir das relações sociais, das regras e norma, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes, das discordâncias que abarcam diferenças e desigualdades, bem como identidades e regionalismo, historicamente produzidos (SANTOS, 2019, p.41)

Fica evidente então que a formação dos territórios não é um processo estático, porém dinâmico e constante evolução que vai sendo desencadeado por meio das relações socioculturais, históricas e geográficas. O controle social é aplicado de acordo com a atuação do Estado diante aos povos e comunidades ali existentes, estabelecendo uma configuração territorial que pode desencadear conflitos entre grupos antagônicos, principalmente quando se trata do espaço agrário brasileiro.

Sendo assim, os movimentos sociais pautados na luta pela terra no Bico do Papagaio, surgem no seio dessa contradição entre aqueles marginalizados e aquelas ações capitalistas responsáveis pelas desigualdades e conflitos sociais, demandando aos geógrafos novos obstáculos e dentre eles, analisar o território a partir desses diferentes conflitos sociais no Brasil.

Isto nos exige enfatizar a complexidade da formação territorial de uma região, como o Bico do Papagaio, e como fatores temporais, territoriais, sociais e culturais estão interligados nesse processo. Ela nos lembra que compreender plenamente uma região requer uma análise holística que leve em consideração as identidades, os dialetos, os fluxos migratórios, as características fundiárias, as lutas sociais e a atuação das políticas públicas como parte fundamental para a reorganização territorial da região.



## **A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BICO DO PAPAGAIO NO ESTADO DO TOCANTINS**

O entendimento da formação territorial do Bico do Papagaio é essencial para compreender as raízes da luta armada na região do Araguaia, bem como as características históricas e socioterritoriais que compreendem a região e que justifica por exemplo, a escolha do lugar por parte do PCdoB para a consolidação da luta armada e a violência que continuaria presente na região, mesmo depois das Forças Armadas assassinares todos os guerrilheiros e derrotar a guerrilha.

O Bico do Papagaio se caracteriza por uma região situada na zona transição entre os biomas da Amazônia e Cerrado com a mata dos Cocais, sob a confluência entre os rios Araguaia e Tocantins e abrange os estados do Pará, Tocantins e Maranhão (SANTOS, 2019). Faz-se necessário destacar aqui que o Bico do Papagaio compõe diversas regionalizações que foram sendo modificadas de acordo com o histórico da formação políticas dos estados. Sobre isso, tem-se que:

(...) a divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas foi aprovada no ano de 1989 pela presidência do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, e disponibilizada ao público no ano de 1990, em virtude de atualizações em razão da criação do estado de Tocantins (SANTOS, 2019, p.21)

A criação do estado do Tocantins demandou novas regionalizações e com essa reconfiguração regional, o Maranhão passou a ter 5 mesorregiões e 21 microrregiões em 163 municípios, o Tocantins passou a ter 2 mesorregiões e 8 microrregiões e 79 municípios e o Pará com 6 mesorregiões, 22 microrregiões e 105 municípios.

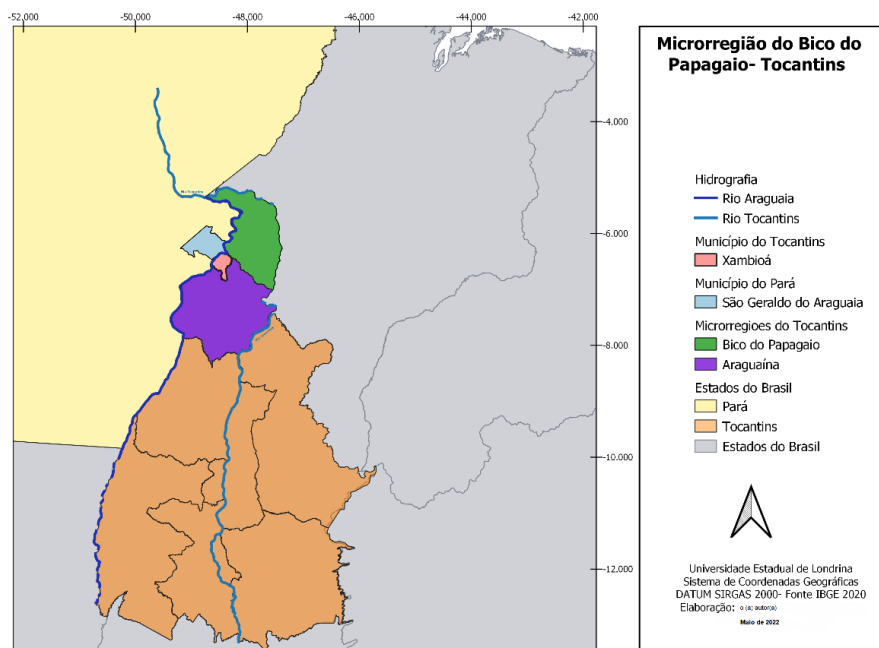
Daremos aqui ênfase para o estado do Tocantins e para o recorte do Bico do Papagaio tocaninense. A divisão regional então passou a constituir o Tocantins como um estado dividido entre a mesorregião oriental e ocidental e dentre a microrregiões, criou-se a do Bico do Papagaio (SANTOS, 2019).

Segundo a divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a microrregião do Bico do Papagaio é constituída por 25 municípios do Tocantins, sendo eles: Aguiarnópolis Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte,



Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis (Figura 1).

**Figura 1-** Microrregião do Bico do Papagaio



**Fonte:** a autora, 2023

A região do Bico do Papagaio pertencia à parte norte do estado de Goiás, que tinha características culturais e sociais bem distintas da região sul de Goiás. Enquanto o sul do estado de Goiás se caracterizava por uma população oriunda de movimentos migratórios vindos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, a antiga região norte tinha características populacionais nordestinas, dos estados de Maranhão, Piauí e Bahia, isto se deve à proximidade das regiões e facilidade de acessibilidade (ALMEIDA, 2010).

As diferenciações entre norte e sul desencadearam ao longo da história em choques e conflitos entre a população do norte que acusava de abandono por parte do Estado, fazendo do local uma região isolada e do outro lado, a população do sul que acusava o norte de sua incapacidade de pagar suas despesas. Isto desencadeou a promulgação da Lei na Constituição de 1988 que criava a Federação do Tocantins (TIBALLI, 1991).

As características da agricultura camponesa que advém da história migratória e econômica do norte de Goiás permanece até hoje no Tocantins, estado que continua tendo sua predominância nas atividades agrícolas, tendo o Rio Tocantins como historicamente essencial

para a dinâmica da produtividade. Sobre o território do Tocantins naquele período, cabe mencionar que:

havia predomínio de uma agricultura “tradicional” de subsistência regional, com produção de arroz, feijão, mandioca, milho, batata doce, banana, produção de farinha e charque, com aporte do extrativismo, principalmente do coco babaçu e da castanha-do-brasil, no lado paraense, exploração do mogno, no extremo norte de Goiás, hoje Tocantins, e na porção maranhense, predomínio da pecuária extensiva incipiente em pastagens nativas, além de inúmeros garimpos espalhados pelos três estados com exploração de ouro, diamante e cristais. As comunicações se fizeram pelos rios na bacia do Tocantins-Araguaia (SANTOS, 2019, p. 25).

Até o final de 1960 esse grupos voltados à agricultura de subsistência não se preocupavam em documentar suas posses, uma vez que a terra não tinha valor econômico sonciderável e era sinônimo de sobrevivência e considerada pouco habitada (SANTOS, 2019). Santos (2019) chamat a atenção também para o fato de que naquela época, o acesso a essas regiões era difícil em virtude da ausência de estradas e os rios Araguaia e Tocantins eram os únicos meios de circulação mais rápidos se comparado às trilhas a paé ou em animais.

Um dos elementos que marca a reorganização territorial do Bico do Papagaio foi a construção da rodovia Belém-Brasília, obra que compõe o projeto nacional de infraestrutura a partir da década de 1950 e foi, sem dúvida, o a principal atividade para o avanço econômico e populacional nas regiões do Tocantins, sendo relevante para o início de novas correntes migratórias e o surgimento, após a década de 1990, de novos municípios e de uma nova divisão regional dentro do estado do Tocantins (ALMEIDA, 2010, p. 23).

Surgem novas colonizações e ocupações e Hébette (2004, p.42) explica que:

A distinção entre colonização espontânea e dirigida diz mais respeito, no contexto moderno, aos momentos e à intensidade da interferência do poder público, presente em ambos os casos [...] a colonização é dita dirigida quando há interferência direta e orientação formal, na fase inicial do processo e na própria orientação [...] a colonização é espontânea quando as decisões iniciais relativas a esses diversos aspectos não sofrem imposição sistemática ou orientação positiva, mas são deixadas a critério dos indivíduos ou grupos colonizadores [...]

Com a abertura de rodovias como a BR-158 que liga a divisa do Pará, passando pelo baixo Araguaia, com a BR-163, como entre outras BR's no Centro-Oeste para facilitar a colonização nessas áreas, uma vez que a infraestrutura estava sendo implantada, a região seria logo valorizada para o escoamento da monocultura da soja, sendo assim, diversos programas foram criados para facilitar a ocupação da monocultura na região. Santos (2019, p 27) ressalta que:



Com as políticas públicas direcionadas, seguiu-se uma lógica de internacionalização, com a construção de rodovias como a BR-230, batizada de Transamazônica, inaugurada no ano de 1972, com 4.223km de extensão, ligando as cidades de Cabedelo na Paraíba a Lábrea no Amazonas, cruzando o bico do Papagaio no sentido Leste-Oeste, e a BR-010 ou Belém-Brasília, inaugurada no ano de 1960, com extensão de 1.959 km, cruzando o Bico do Papagaio no sentido Norte-Sul, interligando as cidades de Belém-PA e Brasília-DF. Delineando, assim, uma estratégia logística para exploração dos recursos naturais da Amazônia.

Este fator é importante para nossa análise, uma vez que a construção das estradas marcou significativamente o Bico do Papagaio, pois se antes a relação espaço-tempo era considerada lenta e distante, o Bico do Papagaio a ser um região de rápido e fácil acesso, permitindo a migração e circulação de pessoas oriundas do sul em busca de terras.

Fica evidente a expansão das territorialidades atrelada ao papel do Estado com a implantação das políticas públicas de interiorização econômica, com destaque para a produção de *comodities*:

A transformação de toda a produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. As principais commodities são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil, acrescenta-se também etanol e boi gordo (OLIVEIRA, 2012, p.6)

Torres (2005) assinala também que o critério de ocupação, mais do que quantitativo, foi qualitativo. Mais do que “quantos”, importava “quem” seriam os ocupantes da terra. Expulsando populações tradicionais, as novas atividades instauram o grande e moderno latifúndio, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros. Portanto, antes mesmo dessa ocupação da monocultura no Cerrado os moradores da região nos anos 50, viviam do extrativismo ou da agricultura, caçavam e plantavam pequenas roças de produtos para subsistência.

O formato que a política econômica neoliberal e, conseqüentemente, com a política agrícola e agrária assumiu nos anos noventa, foi desfavorável à agricultura familiar e adequada ao agronegócio de grãos. Desde então o aumento da produção de soja se deve, dentre outros fatores, a adoção de incentivos fiscais favoráveis à exportação por parte do Estado, o qual tinha por objetivo facilitar a entrada do capital no setor agrícola (MESQUITA, 2008, p.3).

A Amazônia Legal vem sendo explorada há vários anos, gerando o desmatamento principalmente na exploração da madeira, mineração, pecuária e agricultura, os estados do

Mato Grosso, Pará, Rondônia e Maranhão são palco de grande parte do desmatamento que ocorre atualmente no país, resultado a expansão do agronegócio, em particular pelas plantações de soja e pastagens para a pecuária, essa expansão causa alterações em todo ecossistema da região.

## **A GUERRILHA DO ARAGUAIA**

É nesse contexto de reorganização territorial do Bico do Papagaio, com a implementação de políticas públicas das rodovias e interesses neoliberais nacionais e internacionais que surge a guerrilha do Araguaia. A guerrilha do Araguaia Foi um movimento de resistência armada no campo que ocorreu às margens do rio Araguaia. Aconteceu entre a divisa dos estados de Tocantins e Pará, entre os municípios de Xambioá e São Geraldo do Araguaia (Figura 2) e ocorreu nos anos de 1967 e 1974, caracterizado pelo confronto direto entre dirigentes, guerrilheiros e guerrilheiras do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) contra o Exército Militar Brasileiro. Com relação às características da guerrilha, tem-se:

A região do Araguaia oferece condições propícias. É zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. Tem de estar a pé como guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem terra) (ARROYO, 1974 apud CAMPOS FILHO, 2012, p. 10).

A região amazônica caracterizava-se, bem como ainda hoje, por sua baixa densidade demográfica. O Bico do Papagaio, era a porta de entrada, o ponto de confluência de camponeses despossuídos em busca de um pedaço de terra, pessoas que migravam do Nordeste e do Centro-oeste (BARBOSA, 2016).

Os “paulistas” ou “povos da mata” como eram chamados os guerrilheiros pela população do Araguaia, organizaram-se geograficamente em um triângulo no mapa da região (Figura 3), formando três destacamentos com comandos e sub comandos a cada destacamento.

O destacamento “A” ficava na localidade de Faveira, próximo à Vila de São Domingos, no Pará; o destacamento “B” estabeleceu-se às margens do rio Gameleira, sendo as cidades de Palestina e Brejo Grande, no Pará, suas referências. O destacamento “C” fixou-se na localidade de Caianos, próximo a São Geraldo do Araguaia, no Pará, e a Xambioá, hoje município pertencente ao Estado do Tocantins. Mais ao centro ficava o comando ou Comissão Militar da Guerrilha (BARBOSA, 2016).

Os destacamentos tinham autonomia para realizar suas ações, no entanto todos estavam subordinados à comissão militar da guerrilha e ao Birô político. (BARBOSA, 2016, p. 30). Para a articulação das estratégias, alguns guerrilheiros eram responsáveis por estabelecerem comunicação com o comitê central em São Paulo, ainda que a comunicação naquela época era bastante precária e difícil, tendo em vista o isolamento da região e a ausência de estradas pavimentadas.

Com o tempo, os guerrilheiros foram se relacionando com a população local, fazendo amizades e contatos e conhecendo a região e mapearam as principais rotas no meio da mata para as suas táticas de guerrilhas. Além disso, o modo de vida da população era bastante propício para a dissimulação das ideias socialistas, tendo em vista que sobreviviam a base da agricultura camponesa com poucos recursos e o cenário político e econômico caracterizado pelas políticas de exploração da Amazônia e concessão de benefícios fiscais para o estabelecimento de empresas multinacionais na região que desencadearam na expulsão dos posseiros de suas terras a fim de beneficiar latifundiários da região. Isto resultou na insatisfação e revolta constante da população local com a violência e perda de suas terras (BARBOSA, 2016).

As primeiras investidas das forças armadas não causaram grandes impactos nas forças guerrilheiras, havia uma falta em experiência de combate, em se tratando de selva amazônica. O quadro se tornava ainda mais complexo, não que os guerrilheiros tinham experiência maior que os militares, pois a maioria dos que ali estavam nunca tinham tido contato com armas, mas pelo tempo de integração e treinamentos voltados especificamente para o combate na selva, os militantes comunistas levaram uma vantagem inicial (KAPPES, 2016).

Porém, com as tentativas frustradas das operações, os militares mudaram as estratégias de ataques e aumentaram ainda mais as ações voltadas às censuras e torturas na população, assassinando e torturando qualquer um que falasse sobre o conflito e até muitos que nem sabiam direito o que estava acontecendo. Foi em 1974 a última campanha e foi decisiva para eliminar os últimos guerrilheiros que ainda resistiam na mata. (Ministério da Defesa, 2021)

O conjunto das operações da terceira campanha militar no Araguaia foi posto sob o controle direto do Centro de Informações do Exército (CIE), ligado ao gabinete do Ministro do Exército. Segundo Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio:

a terceira campanha das Forças Armadas contra a guerrilha foi uma verdadeira caçada. [...] Nenhuma lei, nenhum princípio, nada foi respeitado. Todos os guerrilheiros presos no decorrer da terceira campanha foram mortos sob tortura ou simplesmente fuzilados”. O Coronel Aviador Pedro Correa Cabral, que participou das operações e escreveu um livro sobre sua experiência, afirmou que durante a terceira campanha havia ordens de Brasília para “que não ficasse ninguém vivo”. Além disso, havia a determinação de que não se “deixas sem vestígios de que o conflito do Araguaia algum dia tivesse existido (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 36).

Os resquícios dessa violência em massa seguem até hoje sem muitas respostas. Nenhum militar envolvido na luta foi preso, muitos corpos seguem sem serem encontrados, resultados de uma operação de limpeza que foi realizada após os assassinatos dos guerrilheiros (PEIXOTO, 2011).

Deve-se ressaltar que a maioria desses camponeses presos, foram obrigados a trabalhar para o governo por pressão dos militares, mas alguns fizeram de forma voluntária devido aos “prêmios” em dinheiro que recebiam. Estes camponeses passaram a ser chamados de bate-paus, dedos-duros ou mateiros, porque conheciam bem a mata e os “homens da floresta” (BARBOSA, 2016).

Nenhum guerrilheiro sobreviveu ao último ataque e aqueles presos foram submetidos às torturas físicas e psicológicas e quando já não aguentavam, desmaiavam e recebiam aplicações de injeções para reanimar até chegar à letalidade. O silêncio ainda persegue a população que vivenciou as atrocidades, sendo que muitos do que perderam amigos, familiares e conhecidos carregam na memória os pesadelos reais da tortura e muitos ainda seguem com medo de falar sobre o assunto (PEIXOTO, 2011).

A formação territorial do Bico do Papagaio teve uma influência direta na luta camponesa e na resistência da Guerrilha do Araguaia. Essa influência é um aspecto fundamental que não pode ser esquecido e ainda hoje é lembrada como símbolo de resistência na luta pela terra.

## **A MEMÓRIA COMO TERRITORIALIDADE**

Escrever sobre a Guerrilha do Araguaia e suas marcas históricas é um desafio gigantesco, tendo em vista que se trata ainda de uma guerra negligenciada e silenciada na história brasileira. Porém ainda assim, as informações, os relatos e os detalhes podem ser encontradas em diversos livros, artigos, filmes e documentários que reexistem e resistem como forma de reascender as memórias e não deixar cair no esquecimento as atrocidades que marcaram esse período histórico.

As representações criadas sobre o processo histórico da Guerrilha do Araguaia são inúmeras, principalmente após ter ganhado repercussão nacional por meio da ação de jornalistas, dos militantes de esquerda, de pesquisadores das Ciências Sociais e da atuação da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Essa repercussão fez com que se criasse uma memória muito específica acerca da Guerrilha do Araguaia, marcada por representações dos bons e bravos guerrilheiros, dos perversos militares, e da população, ora vítima, ora de fora do processo. Os primeiros passos da construção de uma memória letrada, principalmente a partir dos escritos jornalísticos, já demarcava o tipo de memória e os sujeitos que ocupariam a cena. A maioria dos livros, artigos e matérias sobre esse processo era em defesa da ação guerrilheira, ou mesmo em memória dos guerrilheiros mortos. (DE MEDEIROS, 2013, p. 265)

Além dessas memórias baseadas em relatos e interpretações acerca da Guerrilha, há uma bibliografia de matérias, livros e produções acadêmicas que se propõem a conservar as memórias acerca do tema. Antes de nos atentarmos aos principais relatos e abordarmos as memórias deixadas e registradas sobre a Guerrilha, explicaremos aqui o significado e importância da memória coletiva quando nos referimos à territorialidade do Bico do Papagaio e a Guerrilha do Araguaia.

A memória coletiva, problematizada por Maurice Halbwachs, não é a mera soma das memórias individuais dos sujeitos pertencentes a um grupo, a uma comunidade, ou mesmo a de um país em relação a um fato ou processo histórico. Memória coletiva seria, segundo esse autor, o que se conhece de determinado fato histórico, a memória que aparece quando se fala nele, uma história comum a todos, conhecida por todos, que repetem. (DE MEDEIROS, 2013. p. 264)

A memórias dos sujeitos sociais do Araguaia fazem parte do acervo histórico e da cristalização dos acontecimentos, pautado na história oral, nos relatos falados e lembrados, ressurgem como reafirmação do ocorridos, mas agora de forma não somente de alguém que está lendo ou escrevendo a história, mas daqueles que vivenciaram e fizera parte da construção das identidades locais e da territorialização da região. Portanto, as memórias faladas se revelam como memórias daqueles pertencentes e protagonistas também desse socio territorialidade.

Neste trabalho, realizamos uma análise minuciosa e uma descrição de alguns relatos analisados no documentário “Camponeses do Araguaia - a guerrilha vista por dentro” dirigida por Vandrê Fernandes e resgataremos principais falas que marcam as memórias que muitos camponeses têm a partir do que vivenciaram na Guerrilha do Araguaia e muitos destes camponeses que conheceram e se relacionaram com alguns guerrilheiros.

No documentário, muitos detalham as características físicas e impressões que os guerrilheiros passavam aos camponeses que vivam no local:

LEONOR: “era uns homens bem parecido, uma muié muito decente. Inclusive um dia eu encontrei com a Sonia Cristina, aí eu com muito medo delas porque elas estavam cheias de arma e eu nunca vi aquilo, ela chegou falar comigo assim “porque você tá com medo de mim” falei você tá com tanta coisa assim, eu to vendo aí tanta bala na sua cintura, salva vida do lado, revólver do outro, metralhadora, eu to com medo mesmo, nunca vi isso, uma pessoa que nem você, sofrendo desse jeito. “sofrendo tá vocês, uceis tão sofrendo com massacre do governo e começou falar e nois tamo lutando pela pátria, pela nossa liberdade, pelos minérios, pelo ouro da Serra Pelada e pela ferrovia e vocês estão humilhados” (LEONOR, relato retirado do documentário, 1:13, FERNANDES, 2010)

Além dos relatos de Leonor, ainda é possível identificar outros relatos acerca das experiências que os camponeses tiveram na chegada dos paulistas:

ZÉ DA ONÇA: “Na época ninguém sabia quem era, até na época que a gente já tava estabilizado lá na Fortaleza que eles moravam...e sempre iam pra reunião né e eles falavam que eram os paulistas, sempre eles passavam lá com os animais carregados de mercadoria né, de calça top, tênis e revólver pendurado, a bainha de couro curtido e cobria o cabo do revólver, ficava só o fundo do cabo de fora...pessoas diferentes, dizendo que eram os paulistas...os paulistas a gente não sabia o que estavam fazendo (ZÉ DA ONÇA, relato retirado do documentário, 10:07, FERNANDES, 2010)

Zé Carlos, era André Grabois, filho de Maurício Grabois, foi um dos primeiros a chegar à região. Era o comandante do Destacamento A.

MARIA DAS NEVES: “Há muito tempo eles já morava lá, o nome do lugar deis chamava “Chega com Jeito”. Eles nuca bulia com ninguém, fazia compra aqui na rua e volta nos animal deles e tocava a vida pra lá, ninguém bulia com ninguém eles não bulia com a gente, a gente não bulia com eles” (MARIA DAS NEVES, relato retirado do documentário, 10:26, FERNANDES, 2010)

Maria das Neves retrata aqui então, o tratamento com que os paulistas guerrilheiros adotaram ao chegar na região, para com os moradores. Os relatos sobre a convivência que estes camponeses tiveram com os guerrilheiros estão sempre nas principais falas, podendo ser possível notar a relação de proximidade com que ocorreu na época entre eles. Como afirma João dos Santos:

JOÃO DOS SANTOS: “Nossos vizinhos lá era o pessoal que era da Guerrilha né, que era, a gente conhecia eles como o nome de Guerra deles né que era os: Zezinho, Liz, Dona Maria, Joca, Zé Carlos, Alandrino, teve outros

né, a gente conheceu láque era próximo da casa dos meu pai como vizinho, né (JOÃO DOS SANTOS, relato retirado do documentário, 11:07, FERNANDES, 2010).

Percebe-se ainda nas memórias, o papel com que os guerrilheiros exerceram para a comunidade, prestando serviços, como afirma Sonia dos Santos:

SONIA DOS SANTOS: “Eles serviram muito a gente né, na saúde, na doença, ajudava, naquele tempo doença maior assim, pobre se não fosse acidente de facão, de bicho morder, era malária. Eles tratava as pessoas né com medicamento de malária ajudava com extração de dente, até parto elas fazia né (SONIA DOS SANTOS, relato retirado do documentário, 21:48, FERNANDES, 2010)

Não registraremos aqui todas as falas do documentário, pois o que se propõe neste trabalho é abordar algumas das principais falas, elencar as memórias que estes camponeses carregam e manter os dialetos e a linguagem característicos dos sujeitos sociais.

Ao assistir e ouvir os relatos, é possível observar muita história e conhecimento em cada vivência destes e afirmar que as memórias coletivas também carregam um conhecimento geográfico gigantesco que os indivíduos têm e a relação de afetividade com os locais, nome dos lugares a importância cultural com que os locais que estes mesmos denominam possuem aos povos sertanejos. Em muitos dos relatos, a memória que estes carregam dos “paulistas”, como eles denominavam os guerrilheiros do Araguaia, eram de pessoas diferentes, com vestimentas, jeitos, dialetos diferentes, mas ao mesmo tempo, boas pessoas que até ajudavam os povos locais com assistências e auxílios que faltavam devido à ausência do Estado na região.

A importância política com que os guerrilheiros tinham também foram relatos nas memórias, sendo que em algumas falas eram relatados conceitos e palavras como “terrorismo”, “comunismo”, que eles não sabiam o que eram e não conheciam, mas que eram presentes palavras atos políticos por partes dos guerrilheiros, a fim de conscientizá-los do papel e dos objetivos deles ali na região. Em contrapartidas, memórias com que os camponeses têm sobre os militares são muitas vezes, negativas, expondo em algumas falas, violências por parte destes para com a população, como por exemplo, queima de casas e alimentos, expulsão, torturas, chantagens e violências psicológicas.

Após os relatos já abordados aqui de documentários e entrevistas, abordaremos aqui importantes relatos retirados após uma entrevista que conseguimos realizar para este trabalho.

Fizemos uma entrevista online na plataforma Meet com uma testemunha quem vivenciou a Guerrilha do Araguaia e seus impactos e consequências na pele. Não iremos identificar a pessoa entrevistada a fim de garantir seu sigilo, portanto daremos um nome fictício para a pessoa e denominaremos de João. João tinha 15 anos quando vivenciou a Guerrilha e perdeu o braço após desarmar uma bomba encontrada na região durante a guerra e nos contou algumas memórias que carrega daqueles anos.

“O Sabino, rapaz que morava com a gente, era quase um filho adotivo, ele achou essa granada né, essa bomba que eu desarme e ela explodiu na minha mão e o Sabino morreu na hora né. Sabino até hoje na verdade ele é desaparecido né, ninguém sabe aonde foi colocado o corpo do Sabino né. Aí a gente foi embora pra outra cidade e deixou a propriedade. Fomos morar na cidade.” (JOÃO, entrevista concedida, 2022)

Após esse relato sobre o acidente que o fez perder parte do seu braço, indagamos sobre o conhecimento que ele tinha sobre a Guerrilha do Araguaia e como esse guerra é vista por estes sertanejos. João afirmou:

“Em 2000, que começou a aparecer as famílias dos guerrilheiros, amigos e nesse período a gente começou a ter reuniões com esse pessoal, da região do sul, são Paulo e tinha gente até do exterior. Aí a gente passou a saber o que era a Guerrilha do Araguaia e começamos a participar de caravanas pra Brasília. Aí que foi criado a Lei da Anistia pra reparação de bens. Aí os políticos criaram a lei dos mutilados da Guerrilha do Araguaia pra reparação de bens, aí eu entrei lá” (JOÃO, entrevista concedida, 2022).

A busca por indenizações e reconhecimento pelos crimes cometidos ainda é uma luta presente nas famílias dos guerrilheiros e de pessoas como o João, que foram vítimas das atrocidades. O entrevistado ainda comenta sobre as transformações após a guerrilha:

“Então é isso, a Guerrilha do Araguaia revela uma história muito assim muito longa, ela teve um significado importante pra nossa região né, porque teve abertura da Transamazônica, teve loteamento rural para as pessoas e teve um avanço, mas por outro lado né teve muito prejuízo pra comunidade local (JOÃO, entrevista concedida, 2022).

João ainda comenta que a geração atual ainda não tem muito conhecimento da Guerrilha, pois ouve um silenciamento, apesar de existir a Associação dos Torturadores da Guerrilha do Araguaia. Comenta da repressão gerada na região devido aos estabelecimentos de cartéis próximos que visavam a vigilância sobre as caravanas em Brasília realizadas pelas



testemunhas e aqueles mutilados da Guerrilha comentadas por ele, a Figura 16 por exemplo, registra um desses momentos.

Ao indagar João sobre a luta pela terra na época e atualmente, ele responde:

Depois que ocorreu o episódio da Guerrilha que veio a Reforma Agrária e essas terras, a do meu pai que nós considerávamos 40 alqueires que eram dos guerrilheiros também, só que eles compraram, Só que ninguém tinha esses documentos. Essas terras foram doadas numa operação chamada “Operação Limpeza...Naquele tempo era muitas terras na mão de poucas pessoas, eram terras devolutas né. E meu pai perdeu a terra dele. Só que foi enquadrado nessa reparação de bens, nessa indenização que recebi” (JOÃO, entrevista concedida, 2022)

João ainda comenta que antes da época da Guerrilha e da chegada da Transamazônica, o território ali era bastante diferente, com mais terras produtivas disponíveis. João Rodrigues foi o primeiro a comentar e falar sobre a Guerrilha do Araguaia na região e conheceu alguns dos importantes guerrilheiros na época, como Osvaldão, José Carlos, Ana Maria, Sônia, entre outros.

Durante a entrevista, foi comentado que a história da Guerrilha é muitas vezes contada como se o palco da Guerra tivesse sido somente Xambioá e São Geraldo, porém outros municípios foram importantes e principais durante a Guerrilha do Araguaia como: São João, São Domingos, Brejo Grande e Palestina, Araguantins e São Geraldo do Pará e Xambioá. Assim como vários outros sobreviventes, João continua na luta pelo não mais silenciamento dessa história e pela cristalização das memórias, contribuindo na elaboração de documentos, livros, entrevistas, documentários e contando suas experiências aos mais jovens, para que enfim, a Guerrilha do Araguaia deixe de estar nas sombras da repressão e do silêncio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Guerrilha do Araguaia representou um movimento de resistência do povo diante dos desdobramentos políticos durante um dos períodos mais sombrios da história recente do Brasil, marcado pela ditadura militar. Esta insurgência estava diretamente relacionada a fatores políticos tanto internacionais quanto nacionais, bem como às peculiaridades geográficas do Bico do Papagaio. Além disso, as políticas econômicas implementadas pelo

Estado durante o regime militar desempenharam um papel significativo no contexto da guerrilha.

A implementação de infraestrutura, a construção de rodovias e a expansão da produção de soja foram elementos intrínsecos às políticas econômicas do Estado durante os governos militares. Estas medidas resultaram em transformações significativas nas áreas de terra, demografia e estrutura social da região. As políticas neoliberais, por sua vez, levaram à desapropriação das terras de populações locais que anteriormente subsistiam da agricultura de subsistência. A região passou a ser dominada pelos interesses do latifúndio e do agronegócio, resultando em constantes violações de direitos por parte do Estado.

Diante desse cenário de opressão, a população local se uniu a membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) para enfrentar a repressão, uma vez que não havia canais democráticos para defender seus direitos territoriais. Essa união culminou na tentativa de uma resistência armada, uma resposta viável diante dos retrocessos, incluindo violações de direitos humanos, assassinatos, desaparecimentos forçados e restrições às liberdades individuais, todos direitos garantidos pela Constituição.

A ascensão do capitalismo, notadamente com a expansão da monocultura da soja, desempenhou um papel central na eclosão da Guerrilha do Araguaia. Essa expansão representou uma ameaça àqueles que antes dependiam da agricultura de subsistência, uma vez que passou a priorizar a maximização do lucro em detrimento das necessidades locais. Além disso, a construção da BR-14, que atravessaria a Floresta Amazônica, conectando o novo Distrito Federal aos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, faz parte desse contexto de desenvolvimento econômico impulsionado pelo Estado.

A luta armada surgiu como uma resposta à insatisfação e indignação de uma parcela da população que se alinhou ao Partido Comunista do Brasil, adotando uma abordagem rural inspirada na Revolução Chinesa e na Guerra do Vietnã. Esta insurgência contou com a participação de estudantes, médicos e membros do partido. As características territoriais, geográficas e políticas do Bico do Papagaio desempenharam um papel fundamental na eclosão do conflito, que se pautava em princípios comunistas.

Por fim, destacamos elementos territoriais da região do Araguaia e retratamos a intensa repressão sofrida pela população local na defesa de suas terras. Durante a Guerrilha do Araguaia, o direito à terra e à vida foram desrespeitados de forma sistemática pelas forças militares que agiam sob o regime ditatorial. Esta insurgência deixou um legado de corpos sem vida, famílias destroçadas, a legitimação da violência e da tortura, e uma série de perguntas

ainda sem respostas, persistindo como um capítulo sombrio na história do Brasil até os dias de hoje.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rutileia Lima. **A Formação Regional do Bico do Papagaio: Regionalização e Polarização**. 2010, p. 125. Dissertação de Mestrado apresentado no programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás. 2010.

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: Memória, esquecimento, e Ensino de História na região do conflito**. 2016. 158. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Universidade Federal do Tocantins, 2016.

CHAVES, Patricia Rocha. Rebelia e Barbárie: conflitos socioterritoriais na região do bico do papagaio. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, v. 3, n. 01, p. 4-24, 2017.

DE MEDEIROS, EUCLIDES ANTUNES. GUERRILHA DO ARAGUAIA: memórias à margem da história. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 10, n. 16, 2013.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. Formação territorial. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, p. 435, 2016.

KAPPES, Jefferson. **A Guerrilha do Araguaia: A Luta Armada no Campo e suas Consequências Históricas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó-SC. 2017.

MARQUES, Nilton. **Desenvolvimento Regional e Territorial do Tocantins**. Palmas-To. EDUFT. 2019, p.213.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Política de Desenvolvimento e Desigualdade Regionais: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, v.11, n.2 p27-54 jul./dez., São Luís: Programa de pós-graduação de Políticas Públicas, 2008.



NASCIMENTO, D. M. **A Guerrilha do Araguaia (1972-1975): Paulistas e Militares na Amazônia.** 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto/Usp, 1988. Disponível em:

<http://www.acervogeograficousp.com.br/index.php/acervogeograficousp/article/view/30>

Acesso em: 24 set. 2021.

\_\_\_ “Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil”. In: **Terra Livre**, São Paulo, Ano 19, v. 2, nº 21, pp. 113-156. Jul./dez., 2003.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Ciências Humanas**, Belém, v. 6,n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011.

SANTOS, Luciano Laurindo dos. **Territórios, Territorialidades e Lutas Sociais na Amazônia Oriental- 1ed. Curitiba: Brazil, 2021.**

SAQUET , M e SPOSITO, E. (org). **Territórios e Territorialidades: teorias, process e conflitos.** São Paulo. Expresão Popular, 2010. p 13-69.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 [2011], p.107-125.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*, vol. 35, no 70. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n70/1806-9347-rbh-2015v35n70014.pdf>.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. **A Expansão do Povo em Goiás.** Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG.Goiânia, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos.** Bookman editora, 2015.